Reflexões Inclusão digital: “para sonhar muitos sonhos”

Nelson De Luca Pretto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRETTO, N.D.L. Inclusão digital: “para sonhar muitos sonhos”. In: *Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões* [online]. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 105-109. ISBN: 978-85-232-2019-8.
<https://doi.org/10.7476/9788523220198.0015>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

implantação da banda larga no país e sem internet de qualidade não conseguimos avançar no uso da rede para a educação, saúde, para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

No início de junho, no encontro anual de prefeitos americanos, eles foram explícitos: é necessário defender, com unhas e dentes, a neutralidade da rede, porque “uma internet aberta e livre é criticamente importante para a saúde das cidades americanas”.

Desde os anos de 1990, quando a UFBA liderou a implantação da internet no Estado, lutamos para que a Bahia tivesse uma rede consistente, que conectasse todos os municípios, numa política integrada e integradora de todo o Estado. Tínhamos como parceiro o CADCT (embrião da FAPESB), mas os governos, desde aquela época e até hoje, não conseguiram ver a importância da montagem de um *backbone* público que conectasse os atuais 27 territórios.

Agora, esperamos, ante tantas evidências, aqui e acolá, uma tomada de consciência de que uma rede fortalecida é fundamental para o desenvolvimento e a inovação, ao mesmo tempo em que “permite a qualquer um ter a chance de interagir, participar e competir” (palavras dos prefeitos americanos), e que os nossos governantes façam algo de concreto para mudar essa realidade e, de fato, conectar a Bahia. Com a palavra os candidatos.

Publicado no jornal *A Tarde*, Salvador, em 7 de julho de 2014.

Inclusão digital: “para sonhar muitos sonhos”

“Hoje é um dia para sonhar muitos sonhos. Toda vez que nós, os povos indígenas, o povo primeiro desta terra, nos encontramos é dia para cele-

brar e lutar”. Assim inicia-se uma das duas cartas emanadas da XII Oficina de Inclusão Digital e Participação Social que aconteceu em Brasília, na semana passada.

Mais de mil participantes, vindo de todos os recantos do Brasil, estavam reunidos em mesas redondas, grupos de trabalhos e plenárias para discutir a importância das políticas públicas que garantam a todos os povos o acesso pleno ao universo da informação e da comunicação, facilitados pela expansão das tecnologias digitais.

Ao mesmo tempo, está em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 479/2010), que pretende incluir no artigo V da Constituição a internet como um dos direitos fundamentais do cidadão. Audiências públicas estão acontecendo em diversos Estados e esse fundamental projeto encontra-se em consulta pública no portal *e-democracia*; também é este um importante avanço no uso das tecnologias digitais para a ampliação do processo de participação democrática da população nas decisões do legislativo.

No campo executivo, os portais *Participatório*⁷ – um espaço para a construção de políticas públicas para a juventude – e o *Participa.br*⁸, anunciado como um espaço de escuta do Governo Federal, ligado diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República, são dois outros exemplos de esforço do executivo para auscultar a população na definição das políticas governamentais.

Dessa forma, vemos diversas iniciativas que buscam utilizar a internet como espaço para a inclusão do cidadão, fortalecendo a participação social visando à construção coletiva da Nação. Justo por isso, não podemos aceitar que apenas quatro operadoras de telecomunicação consigam, como seu forte *lobby*, paralisar o Congresso Nacional que, desde o dia 28 de outubro de 2013 não pode dar prosseguimento a nenhuma votação por conta do regime de urgência constitucional pedido pela Presidência da República para a votação do Projeto de Lei 2.126/2011 que institui o Marco Civil da Internet.

⁷ Disponível em: <<http://juventude.gov.br/participatorio>>.

⁸ Disponível em: <<http://participa.br/>>.

O tema do Marco Civil, como não podia deixar de ser, tomou conta de muitos dos debates da Oficina de Inclusão Digital e a carta final foi contundente: “Do Marco Civil da Internet, esperamos que ele tenha como foco o lugar de onde ele saiu: a consulta popular e o envolvimento com a sociedade civil. Queremos neutralidade, para que não haja uma internet dos ricos e uma internet dos pobres. Queremos privacidade, para que parem de tratar nossos dados e nossa navegação como objeto de lucro e negócios. E queremos liberdade de expressão, porque somos produtores de cultura, produtores de conhecimento, e nossas comunidades sabem como deixar de ser invisíveis – e queremos compartilhar nossa produção social com toda sociedade. Queremos que de fato exista o compromisso de tratar nosso direito à comunicação como um direito humano fundamental de todo e qualquer cidadão e cidadã”.

Muitas vezes o argumento usado pelas operadoras para defenderem a quebra da neutralidade da rede é que os usuários mais pobres irão pagar para que os usuários de maior poder aquisitivo possam usar a rede plenamente. Trabalham eles, como de costume, com a ideia de que os primeiros serão apenas utilizadores de *e-mails* e que assim devem permanecer. Pois é justo o oposto o que defendemos e por isso mesmo a neutralidade da rede é um ponto inegociável: queremos que todos, em todas as camadas sociais, sejam produtores de culturas e de conhecimentos e não simplesmente consumidores de informações. Toda a população deve fazer um uso pleno da rede, para muito mais do que somente ler meia dúzia de *e-mails*.

É urgente termos estratégias para resolver em definitivo a situação da Banda Larga no Brasil. A situação é lamentável, chegando a situações calamitosas, como a vivida pelos professores e alunos das novas universidades públicas criadas nos últimos anos, onde a conexão é totalmente insuficiente.

Visitei recentemente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), na cidade de Barreiras, para ministrar curso de pós-graduação e deparei-me com que já conhecia desde muito: todos, absolutamente todos, reclamando da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras e, o pior, valendo tanto para a conexão à internet como

para o próprio serviço de telefonia. Manchete local do *Jornal do São Francisco*, do dia 17 a 24 de novembro de 2013 é enfática: “Internet ou Telefonia: o que é pior?”.

A implantação da rede internet no país foi, de fato, um política pública estruturada e estruturadora, levada a cabo pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) nas décadas de 1980 e 1990 do século passado, com a participação efetiva de boa parte das universidades federais que abrigaram, em cada um dos estados da federação, os chamados Pontos-de-Presença (POP) da recém criada Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Essa rede possibilitou não só a conexão das instituições de pesquisa, como se constituiu no embrião da internet comercial no País.

Essa política precisa ser continuada. As novas universidades e os novos *campi* precisam estar conectados em alta velocidade e, nas suas regiões, constituírem-se, como foram no passado, no embrião de novas redes locais – fortalecidas por uma Telebrás também fortalecida – com a implantação de POPs em cada uma delas, ampliando de forma significativa o *backbone* nacional da RNP. Com a correta política de expansão, o número de municípios atendidos por universidades passou de 114, em 2003, para 237, até o final de 2011, tendo sido criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*.

Estes são uns dos maiores desafios para pensarmos em um país conectado e fortalecido científica e culturalmente.

Melhor do que eu, os índios presentes na 12ª Oficina para Inclusão Digital e Participação Social (OID) deram o recado sobre a questão, ao lançarem publicamente o *Núcleo Indígena de Comunicação e Tecnologia de Informação Digital*, que tem o objetivo de ser “uma das instâncias de conversa e decisão sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação digital para nós, os povos indígenas.”

E, mais uma vez, fizeram um chamamento para que todos nós, junto com eles, possamos sonhar um pouco mais: “Parentes indígenas e não indígenas, parentes quilombolas, parentes de comunidades tradicionais de terreiro e parentes das florestas: venham sonhar juntos e assim tornar realidade a democratização das tecnologias de comunicação e in-

formação para os povos indígenas do Brasil. E por que não? Dos povos indígenas do mundo”.

O desafio foi posto: “Sonhadores e sonhadoras do mundo, uni-vos!”

Publicado no jornal *Terra Magazine*, São Paulo, em 19 de dezembro de 2013.

A Ciberbahia pede passagem

Em sua recente coluna dias atrás, Hermano Viana afirmou em *O Globo* e reproduziu em seu *site* que a Bahia é uma Ciberbahia. Ele não está errado e mostrou porque acha isso. Eu, aqui, quero contribuir para a sua lista de argumentos.

No começo deste mês de fevereiro de 2013, o músico, professor, pesquisador e ativista Messias Bandeira, também conhecido como Messias GB, da banda *Brincando de Deus*, organizou a segunda edição do *Digitália*, evento internacional, misto de festival, congresso, oficinas e muito mais.

O tema central em torno do qual tudo acontece é a Cultura Digital e o embaixador do evento não podia ser outro que não Gilberto Gil. Músico, cantor, compositor, ativista e ex-Ministro da Cultura do Brasil, Gil foi o responsável maior, pela sua liderança, carisma e capacidade de compreender os processos digitais, pelo avanço da onda digital que tomou conta do Brasil nos últimos anos.

Lembro, como se fosse hoje, o ano de 2003, quando, em visita a Brasília, resolvi dar uma passada no Ministério da Cultura de Gil, para dar um alô aos amigos Juca Ferreira, Paulo Miguez e tantos outros que lá estavam. Cheguei e sentei na frente da mesa de Miguez, numa sala precária, em um ministério que não existia e que estava sendo construído devagarinho. Oooppss, devagarinho, não! A mil por hora. Entrava Wally Salamão